

O RE(USO) DA ARQUITETURA NAS TEORIAS PRESERVACIONISTAS



<https://doi.org/10.22533/at.ed.474122504066>

Data de aceite: 27/01/2025

Dayane Caputo Camacho

INTRODUÇÃO

Os centros urbanos das grandes cidades costumam marcar o início da ocupação e concentram uma arquitetura singular, que contribui para a construção da narrativa histórica local, preservando a memória e a cultura de seus habitantes. Conforme destacam Le Goff (1990) e Pollak (1992), a preservação do patrimônio histórico está intrinsecamente ligada à memória coletiva e individual, fundamentais para a compreensão do passado e da identidade de um grupo social.

Entretanto, os monumentos situados nos núcleos centrais enfrentam desafios significativos, como a especulação imobiliária, o adensamento populacional e o abandono, ameaçando sua continuidade como testemunhos históricos. Diante disso, a reutilização de edifícios históricos tem se consolidado como alternativa em cidades

densamente ocupadas, onde há escassez de espaço para novas construções.

Na arquitetura, diferentemente de outras artes, a utilidade é essencial à sua preservação. Como afirma Françoise Choay (2001, p. 230), “a arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica”. Nesse contexto, a reutilização torna-se uma estratégia de preservação, adaptando o bem patrimonial às transformações e demandas contemporâneas.

Cyro Lyra (2016) ressalta que, historicamente, o uso do monumento foi negligenciado, embora essencial à sua sobrevivência: “A obra arquitetônica, por ser uma arte eminentemente utilitária, necessita ser continuamente usada para sobreviver. [...] A readaptação é uma das soluções para preservar a obra de valor cultural, mas deve respeitar a vocação da tipologia arquitetônica” (p. 53).

USO E RE UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Cyro Corrêa Lyra (2016), em sua obra *Preservação do Patrimônio Edificado: a questão do uso*, publicada pelo IPHAN, argumenta que muitas intervenções de restauração se concentram quase exclusivamente nos aspectos materiais das edificações, negligenciando o desafio de conciliar a preservação do bem com as transformações constantes nos hábitos dos usuários. O autor critica o fato de que, frequentemente, essas intervenções são conduzidas de maneira semelhante à restauração de obras de arte visuais, desconsiderando que a arquitetura se distingue fundamentalmente das demais artes por sua natureza utilitária. Para Lyra, a preservação da arquitetura tem priorizado a fruição visual em detrimento das condições reais de uso do edifício.

Nesse contexto, o autor ressalta a importância da funcionalidade ao afirmar que as ruínas, em geral, compartilham uma história comum: foram edifícios que, em algum momento, tornaram-se ociosos. Ao perderem sua utilidade, entraram em processo de decadência física até quase desaparecerem. Reduzidos a fragmentos, esses edifícios transformaram-se em testemunhos materiais de arquiteturas mortas, incapazes de cumprir qualquer função. Segundo Lyra (2016), a questão do uso e do reuso dos monumentos ainda é tratada de forma pouco incisiva, revelando a fragilidade do debate em torno da adaptação e do reaproveitamento de edificações históricas.

Para ele, muitos dos edifícios centenários que chegaram até os dias atuais devem sua longevidade à conservação e à manutenção proporcionadas pelo uso contínuo. Como afirma: “O aspecto atual de um edifício antigo, entretanto, não corresponde necessariamente ao original. Esse aspecto é, em geral, o resultado de adaptações realizadas ao longo do tempo para que o edifício continuasse a servir” (Lyra, 2016, p. 18).

A QUESTÃO DO USO NAS TEORIAS PRESERVACIONISTAS

A partir da segunda metade do século XVIII, com os avanços da Revolução Industrial e os impactos sociais e políticos da Revolução Francesa, intensificaram-se os debates sobre a intervenção em patrimônios históricos. O restauro se consolida como disciplina no século XIX, período em que surgem as primeiras teorias sobre a recuperação e a adaptação de obras arquitetônicas, em um processo que passou por contínuas transformações.

Um dos principais teóricos do restauro é o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814–1879), pioneiro no pensamento sobre o restauro tal como compreendido atualmente. Sua obra extrapolou as fronteiras da França, tornando-se referência mundial. Em *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture*, de 1854, Viollet-le-Duc apresenta, no verbete “Restauração”, posicionamentos inovadores sobre a importância do uso nos monumentos históricos, tema até então pouco abordado.

O arquiteto defendia uma postura intervencionista, contrapondo-se à visão dominante da época, que pregava a completa inalterabilidade das obras, fortemente influenciada por uma abordagem arqueológica. Para Viollet-le-Duc, os monumentos deveriam voltar a servir à sociedade contemporânea, sendo a utilização efetiva essencial para sua preservação: “O melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, e satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações.” (Viollet-le-Duc, 2006, p. 65).

Ele também reconhecia a necessidade de atender adequadamente às exigências funcionais da edificação, de acordo com seu programa de necessidades. Enfatizava o papel do restaurador em compreender o aspecto utilitário da obra e, quanto aos meios de restauração, já destacava, há 150 anos:

“Uma vez que todos os edifícios nos quais se empreende uma restauração têm uma destinação, são designados para uma função, não se pode negligenciar esse lado prático para se encerrar totalmente no papel de restaurador de antigas disposições fora de uso. Proveniente das mãos do arquiteto, o edifício não deve ser menos cômodo do que era antes da restauração.” (Viollet-le-Duc, 2006, p. 64).

Viollet-le-Duc defendia que, ao adaptar um edifício histórico, o arquiteto deveria se colocar no lugar do autor original do projeto, refletindo sobre como ele resolveria as novas exigências funcionais. Além disso, ressaltava a necessidade de incorporar novas tecnologias, priorizando saúde e conforto dos usuários. Ao incluir elementos contemporâneos, não se deveria ocultá-los, mas tratá-los com coerência estética e funcional: “[...] os mestres antigos, longe de dissimular uma necessidade, buscavam, ao contrário, revesti-la da forma que a ela conviesse, fazendo dessa própria necessidade material um motivo de decoração.” (Viollet-le-Duc, 2006, p. 66).

A análise de seu pensamento revela aspectos de grande atualidade, sobretudo a ideia de que restaurar não é apenas conservar a aparência, mas também assegurar a função estrutural e simbólica do edifício. Concordamos, assim, com Viollet-le-Duc ao afirmar que restaurar não é simplesmente manter ou reparar, mas restabelecer a obra em sua totalidade — ainda que essa totalidade nunca tenha existido de forma acabada: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (Viollet-le-Duc, 2006, p. 29).

No início do século XX, o historiador austríaco Alois Riegl (1858–1905) também deu grande relevância à funcionalidade dos monumentos. Em *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*, Riegl apresentou uma tipologia de valores atribuídos ao patrimônio, entre os quais se destaca o “valor de uso”. Para o autor, a funcionalidade é essencial à preservação e sua ausência pode acarretar o abandono ou até a destruição do bem.

Outro nome fundamental é o arquiteto e engenheiro italiano Gustavo Giovannoni (1873–1947), que, em 1936, escreveu o verbete *Restauro dos Monumentos* para a *Enciclopédia Italiana*. Giovannoni distingue entre “monumentos vivos” — que mantêm ou readquirem funções práticas — e “monumentos mortos”, como as ruínas, que não se prestam mais a um uso cotidiano. Para ele, é admissível atribuir uma nova função aos monumentos vivos, desde que compatível com sua natureza e sua tipologia original.

Na segunda metade do século XX, o crítico de arte italiano Cesare Brandi (1906–1988) tornou-se uma das vozes mais influentes na teoria da restauração. Sua abordagem, no entanto, é mais restrita, pois parte da concepção de que o patrimônio é, antes de tudo, obra de arte. Em *Teoria da Restauração* (1963), Brandi reconhece apenas o valor histórico e o valor artístico do bem, com prevalência do último. Assim, embora sua teoria não seja contrária ao uso, este é tratado como secundário ou até marginal em relação ao valor estético:

“[...] claro estará que o restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante, e jamais o primário e fundamental que se refere à obra de arte como obra de arte.” (Brandi, 2004, p. 26).

ABORDAGENS DO REUSO NAS TEORIAS CONTEMPORÂNEAS

De acordo com Françoise Choay, a preservação do patrimônio cultural compreende múltiplos aspectos do monumento histórico. Em se tratando de monumentos arquitetônicos, essa discussão inclui diretamente um dos atributos fundamentais da edificação, a questão do uso: “A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (Choay, 2001, p.230).

A autora traz reflexões importantes sobre o que chama de “era da indústria cultural”, ao afirmar que o patrimônio tem perdido seu caráter essencial para se tornar um produto econômico. Choay (2001) disserta sobre a delicada tarefa de reconversão de um bem sem que este incorra na paradoxal desafetação do patrimônio.

Atribuir-lhe um novo destino é uma operação difícil e complexa, que não se deve fundar apenas sobre uma semelhança com o destino original. Esse destino deve, antes de tudo, ter em conta o estado material do edifício que, hoje em dia, exige ser apreciado em função do fluxo dos seus utilizadores potenciais (Choay, 2001, p. 234).

A atividade de reutilização do patrimônio encontra muitas vezes dificuldades e contradições nos valores de um monumento. Nesse sentido, destacamos e traçamos um paralelo entre a Matriz de valor de Meneses e a teoria aqui apresentada por Choay (2001), que dissertam sobre valor afetivo de um bem e sua reutilização:

Esta reconversão dos edifícios, pertencendo alguns à história da técnica,

depende quer de uma conservação histórica, quer de uma saudável economia logística(...) possuem, antes de mais, um valor afetivo de memória para aqueles para quem, desde há gerações, eles eram o território e o horizonte e que procuram não ser delas desapossados. Para os outros, eles têm um valor documental sobre uma fase da civilização industrial. (Choay, 2001, p. 234).

Dentre os pensadores contemporâneos da teoria preservacionista, destacam-se as contribuições do arquiteto e engenheiro italiano Marco Dezzi- Bardeschi (1934-2018), professor de Restauração Arquitetônica da Universidade Politécnica de Milão. De acordo com o autor, existe uma parcela da intervenção sobre o patrimônio arquitetônico que é mais imperativa do que a própria conservação: o projeto novo. Para ele:

O problema principal que hoje se apresenta com sempre renovada emergência (e urgência) é de fato não tanto aquele da simples conservação física dos monumentos, mas sim aquele da atualização dinâmica dos textos filológicos legados pela tradição e da sua consequente valorização (Dezzi Bardeschi, 2009, p. 270). Para Dezzi Bardeschi (2009), essa “atualização dinâmica” do patrimônio edificado ocorre porque:

Cada monumento (...), para poder ser conservado no tempo, deve conservar seu significado, sua carga vital, mais simplesmente uma específica função de uso; mas a adequação de um texto filológico alienado de uma nova disponibilidade de utilização implica consequentemente a fundamental presença de intérpretes conscientes, isto é, de arquitetos e técnicos de qualidade e experientes (Dezzi Bardeschi, 2009, p.271).

De acordo com Françoise Choay, a preservação do patrimônio cultural envolve múltiplos aspectos do monumento histórico. No caso dos monumentos arquitetônicos, essa discussão inclui diretamente um de seus atributos fundamentais: a questão do uso. Como destaca a autora, “a arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica” (Choay, 2001, p. 230).

Choay traz reflexões importantes sobre o que denomina “era da indústria cultural”, ao afirmar que o patrimônio tem progressivamente perdido seu caráter essencial para se transformar em um produto econômico. A autora discute a delicada tarefa de reverter um bem cultural sem incorrer na paradoxal desafetação do patrimônio.

Atribuir um novo uso a um edifício histórico é uma operação difícil e complexa, que não deve basear-se apenas na semelhança com sua função original. Esse novo destino precisa, antes de tudo, considerar o estado material da edificação, que hoje demanda ser avaliado também em função do fluxo de seus potenciais usuários (Choay, 2001, p. 234).

A reutilização do patrimônio, portanto, muitas vezes se depara com dificuldades e contradições relativas aos diferentes valores atribuídos ao monumento. Nesse contexto, destaca-se um paralelo entre a Matriz de Valor de Meneses e a teoria apresentada por Choay (2001), ambas abordando o valor afetivo de um bem e sua reutilização, tema central ao nosso estudo de caso:

“A reconversão dos edifícios, pertencendo alguns à história da técnica, depende tanto de uma conservação histórica quanto de uma saudável economia logística (...) possuem, antes de mais, um valor afetivo de memória para aqueles para quem, há gerações, eles eram o território e o horizonte, e que procuram não ser deles desapossados. Para os outros, têm um valor documental sobre uma fase da civilização industrial.” (Choay, 2001, p. 234).

Entre os pensadores contemporâneos da teoria preservacionista, destacam-se também as contribuições do arquiteto e engenheiro italiano Marco Dezzi Bardeschi (1934-2018), professor de Restauração Arquitetônica da Universidade Politécnica de Milão. Segundo o autor, há uma dimensão da intervenção sobre o patrimônio arquitetônico ainda mais imperativa que a própria conservação: o projeto novo. Para ele:

O problema principal que hoje se apresenta com sempre renovada emergência (e urgência) é, de fato, não tanto o da simples conservação física dos monumentos, mas o da atualização dinâmica dos textos filológicos legados pela tradição e da sua consequente valorização.” (Dezzi Bardeschi, 2009, p. 270). Carbonara também acrescenta, em seu livro *Avvicinamento al restauro* (1997), que o reuso do patrimônio é fundamental para a preservação do bem:

Hoje, estamos perfeitamente conscientes de quanto a perda da função original e, em menor grau, a implantação de um uso degradante ou incongruente, são as causas de arruinamentos que prosseguem em ritmos exponenciais, conseguindo destruir, no passar não de séculos, mas de décadas, estruturas antigas muito sólidas. Convencidos de quão pouca efetividade existe na restauração “apenas das pedras” na ausência de um restabelecimento de função adequada, qualquer intervenção que considere esse desejo já merece atenção. (Carbonara, 1997, p.374)

Carbonara traz a questão do uso em posição de destaque para a preservação do bem, mas destaca que este deve ter aspecto secundário na intervenção, visto que o reuso é um meio eficaz de preservação, mas não deve ser a finalidade do restauro:

“(...) o reuso se coloca como ‘meio’ mais eficaz, mas não como ‘fim’: caso contrário considerações econômicas ligadas à reutilização prevaleceriam sobre as questões culturais e conservativas, subordinando-as a ponto de obscurecê-las completamente. (Carbonara, 1997, P.375)

Cyro Lyra (2016), em sua tese intitulada *Casa vazia*, ruína anuncia: a questão do uso na preservação de monumentos, revela que a utilização do monumento arquitetônico foi frequentemente relegada a segundo plano ao longo da história da restauração do patrimônio edificado. Segundo o autor, os edifícios históricos que chegaram até os dias atuais devem sua longevidade à conservação e à manutenção proporcionadas pelo uso contínuo. Lyra afirma ainda que há um traço comum na história das ruínas: trata-se de edifícios que, em algum momento, tornaram-se ociosos.

A maioria dos edifícios antigos deve sua longevidade ao fato de ter sido continuamente utilizada. Ao longo de sua história, porém, eles sofreram alterações para

atender a novas funções, que, não raras vezes, resultaram na modificação de sua aparência. O que hoje conhecemos é, frequentemente, o resultado de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência. (Lyra, 2016, p.53)

O autor destaca que a principal referência para os arquitetos especialistas em restauro advém da escola italiana, com a Teoria do Restauro de Cesare Brandi, a qual não estabelece distinções entre a obra arquitetônica e as demais artes. Dessa forma, a reutilização de edifícios foi pouco discutida, consolidando um olhar preconceituoso em relação às adaptações. Para Lyra (2016), no campo do patrimônio arquitetônico, a matéria não pode ser dissociada de sua função:

A obra arquitetônica, por ser uma arte eminentemente utilitária, necessita ser continuamente usada para sobreviver. As ruínas, em sua maioria, são testemunhos de edifícios que ficaram ociosos. A readaptação é uma das soluções para preservar a obra de arquitetura de valor cultural, mas ela deve atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento. (Lyra, 2016, p.127)

Para Lyra, a relutância em enfrentar as exigências impostas pela destinação de um novo uso é a principal causa do fracasso de muitos edifícios que, mesmo após dispendiosos esforços de recuperação, permanecem vazios e voltam a se degradar. Essa questão já havia sido levantada por Aloísio Magalhães que, ao assumir a direção do Iphan na década de 1970, constatou que a maioria das intervenções não era acompanhada de medidas de reutilização, o que, mais tarde, comprometia a manutenção e a conservação dos bens.

No caso dos monumentos de pedra e cal não faz sentido restaurá-los para que voltem depois a ser abandonados. É preciso inserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro porque assim é que ele vale e, segundo, porque assim é que ele se conserva. Na verdade, não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência da vida. (Lyra, 1997, 2016, p. 171).

Podemos constatar, assim, que a reutilização ou a adaptação de uso da obra arquitetônica é intrínseca à sua preservação física. Lyra afirma que “não há preservação sem utilização, e essa pressupõe adaptação. Por mais conservativa que seja a intervenção, dificilmente se evitam alterações” (2016, p. 310). Dessa forma, por entendermos que o patrimônio só é de fato preservado se for plenamente utilizado, consideramos que a readaptação do Castelinho do Gragoatá é imprescindível para a sobrevivência do bem, uma vez que este se encontra fechado, inutilizado e em processo de arruinamento.

Cabe destacar que, para Cyro Lyra (2016), as novas condições de projeto devem ser condizentes com a vocação tipológica do monumento, tratando o novo uso como uma forma de preservação cultural do bem, e não como essência do projeto. Para o autor, a intervenção deve sempre preservar a integridade do bem, respeitando sua tipologia arquitetônica e sua vocação original:

Cada obra arquitetônica pertence, portanto, a uma determinada família em que cada membro tem traços comuns que identificam uma linha vocacional. Além disso, cada edificação tem uma história própria e uma relação específica com a comunidade a que pertence, fatores que devem condicionar a escolha de uma nova função.” (Lyra, 2016).

Em consonância com o pensamento de Cyro Lyra (2016), Beatriz Mugayar Kühl (2009) destaca a importância da utilização para a sobrevivência do edifício histórico em seu texto intitulado *O restauro como ação cultural em contraposição à recuperação: o problema do uso ao afirmar que “O uso era e continua a ser essencial, dada a sua importância para a própria manutenção e, portanto, sobrevivência do edifício; mas passa a ser um meio e não a finalidade da intervenção”* (Kühl, 2009, p.206).

Outra questão pertinente ao tema central de nossa proposta que é abordada pela autora é a escolha do uso compatível. Para Kühl (2009), o desenvolvimento de um projeto e de um novo programa voltado para a cultura não garante a fruição da edificação e pode, inclusive, não ser o mais adequado ou sustentável na efetiva conservação do bem, visão da qual compartilhamos.

Cabe ainda lembrar que não basta que o novo uso seja apenas “nominalmente” compatível, pois, por exemplo, muitos usos ditos “culturais” têm desnaturado bens culturais. Ou seja, um uso voltado à cultura não assegura que o edifício seja preservado; e, inversamente um projeto de supermercado, que leve em conta as características do edifício e não confunda os fins com os meios, pode ser adequado. Deve-se recordar, ainda, que não basta que o novo uso leve em conta apenas os aspectos materiais, de distribuição espacial, documentais se não for uso condigno com o próprio significado do bem e pertinente ao local e situação em que se insere e a comunidade a que se volta (Kühl, 2008, p.45).

O REUSO ADAPTATIVO NAS CARTAS PATRIMONIAIS

Ao longo do tempo, em diversas cidades ao redor do mundo, foram realizados encontros, seminários e congressos dedicados à preservação do patrimônio cultural. Esses eventos resultaram na elaboração de documentos que sintetizam os conceitos, diretrizes e preocupações predominantes em suas respectivas épocas: as Cartas Patrimoniais. Neste item, abordaremos os principais documentos que dialogam diretamente com o tema central desta dissertação — o reuso do patrimônio cultural — por compreendermos que tais textos contribuem significativamente para a compreensão de como a reutilização tem sido tratada no cenário internacional.

O primeiro documento internacional sobre preservação patrimonial foi a Carta de Atenas, publicada em 1931 como resultado da reunião do Escritório Internacional de Museus, realizada na capital grega. Entre seus princípios gerais, há uma menção direta à importância do uso dos monumentos: “A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre

a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico”. No mesmo sentido, a Carta Italiana do Restauro também prevê que “nos monumentos que se possam dizer que estão vivos, sejam admitidos os usos não muito diferentes da função original, a fim de não serem necessárias, na adaptação, alterações essenciais no edifício” (ICOMOS Brasil, 1931).

Trinta anos depois, a questão do uso do patrimônio foi retomada na Carta de Veneza, de 1964, documento resultante do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Esse congresso ampliou a definição de monumento, ao afirmar que este “estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (ICOMOS Brasil, 1964). Consideramos que esse princípio abre precedentes para a salvaguarda de arquiteturas como a do Castelinho do Gragoatá, objeto de estudo desta dissertação. No que diz respeito à utilização dos monumentos, o artigo 5º da Carta prevê que:

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (Icomos Brasil, 1964, p. 2).

Em 1977, foi realizado em Machu Picchu, no Peru, um encontro internacional de arquitetos com o objetivo de revisar a Carta de Atenas, elaborada em 1933. Esse encontro resultou na Carta de Machu Picchu, na qual se discutiu o tema do patrimônio e sua relação com o entorno. O documento destaca que a viabilidade da preservação patrimonial depende de sua integração ao contexto urbano, estabelecendo uma relação harmônica e possível entre o antigo e o novo:

Por isso mesmo, é imprescindível que, na tarefa de conservação, restauração e reciclagem das zonas monumentais e dos monumentos históricos e arquitetônicos, considere-se a sua integração ao processo vivo do desenvolvimento urbano como único meio que possibilite o financiamento da operação. No processo de reciclagem dessas zonas, deve ser considerada a possibilidade de se construírem edifícios de arquitetura contemporânea da melhor qualidade (Icomos Brasil, 1977, p. 5).

Em 1980, outro documento internacional que aborda a adaptação de uso é a Carta de Burra, resultado do encontro organizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) na cidade de Burra, Austrália. Na primeira parte da carta, encontram-se definições e conceitos importantes que contribuem para a compreensão do tema desta dissertação, entre os quais destacam-se as definições de adaptação e de uso compatível. O primeiro artigo dessa seção estabelece que “a adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação sem a destruição de sua significação cultural” e que “uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo” (ICOMOS, 1980).

Podemos afirmar, assim, que a Carta de Burra oferece uma reflexão mais aprofundada sobre a questão do uso do que os documentos internacionais anteriores. Segundo o documento, a adaptação está condicionada à manutenção dos valores culturais do bem (estéticos, históricos, científicos ou sociais). Dessa forma, as alterações devem causar o mínimo impacto sobre a essência do monumento, ou seja, sobre as características que fundamentam o seu valor cultural. A carta aborda o conceito de adaptação em diversos artigos, entre os quais destacamos:

Art. 20. A adaptação só pode ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação cultural.

Art. 21. As obras de adaptação devem limitar-se ao mínimo indispensável à destinação do bem a uma utilização definida de acordo com os termos dos artigos 6 e 7.

Art. 22. Os elementos dotados de uma significação cultural, que não se possa evitar desmontar durante os trabalhos de adaptação, deverão ser conservados em lugar seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das reflexões teóricas e dos documentos internacionais sobre preservação do patrimônio cultural revela um consenso progressivo sobre a importância do uso como elemento intrínseco à sua conservação. Desde a Carta de Atenas (1931), que já recomendava a continuidade funcional dos monumentos, passando pela Carta de Veneza (1964) e sua ampliação do conceito de patrimônio, até a Carta de Burra (1980), que aprofunda a noção de adaptação e uso compatível, observa-se uma evolução na forma como a reutilização é compreendida e orientada.

Autores como Françoise Choay e Cyro Lyra reforçam que a preservação de um edifício histórico não pode estar dissociada de sua função, destacando que o abandono do uso frequentemente conduz à degradação. Para Choay, o desafio está em conciliar a reconversão com a permanência do valor cultural do bem, enquanto Lyra defende que não há preservação sem utilização, mesmo que esta implique adaptações inevitáveis. Beatriz Kühl, por sua vez, pontua que o uso deve ser entendido como meio para a conservação, e não como fim, alertando para a escolha criteriosa de funções que respeitem a vocação do edifício.

Nesse sentido, torna-se evidente que a reutilização consciente e planejada é um instrumento fundamental para garantir a permanência física e simbólica do patrimônio. A preservação, portanto, não deve ser entendida apenas como um ato de conservação material, mas como uma ação cultural, capaz de integrar passado e presente por meio de usos compatíveis, sustentáveis e respeitosos à memória que os bens carregam.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia : Ateliê Editorial: São Paulo, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti**. Nápoles: Liguori, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.

DEZZI BARDESCHI, Marco. **Restauro: Punto e da capo**. Frammenti per una (impossibile) teoria. Milão: FrancoAngeli, 2009

GIOVANNONI, Mario. **Restauro dos monumentos: uma abordagem histórica e técnica**. São Paulo: Editora Exemplo, 1934. HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

ICOMOS. **Carta de Atenas: Resoluções da Conferência Internacional de Restauradores de Monumentos**. Atenas, 1931.

ICOMOS. **Carta de Burra: Carta sobre a Conservação de Lugares Históricos e Culturais**. Burra, 1980.

ICOMOS. **Carta de Machu Picchu: Carta Internacional sobre a Conservação de Sítios Históricos e Arqueológicos**. Machu Picchu, 1977.

ICOMOS. Carta de Veneza: Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. Veneza, 1964.

KÜHL, Beatriz M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização – Problemas teóricos de restauro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LYRA, C. C. **Casa abandonada, ruína anunciada**. In: IPHAN. (Org.). Cadernos Técnicos. 1ed.Brasília: IPHAN, 2001, v. 1, p. 1. LYRA, Cyro Corrêa. Preservação do patrimônio edificado: a questão do uso – Brasília, DF: Iphan, 2016.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Edição Editora Perspectiva: São Paulo, 2020.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução de Rodrigo Villaverde. São Paulo: Martins Fontes, 2006.